

DOS DESENVOLVIMENTOS À PRÁXIS TERRITORIAL DE LIBERTAÇÃO COMO OBJETO DE ESTUDOS DA GEOGRAFIA

FROM DEVELOPMENTS TO TERRITORIAL RELEASE PRAXIS AS THE OBJECT OF GEOGRAPHY STUDIES

DE LOS DESARROLLOS A LAS PRAXIS DE LIBERACIÓN TERRITORIAL COMO OBJETO DE LOS ESTUDIOS DE LA GEOGRAFÍA

Marcos Aurélio Saquet

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Pesquisador do CNPq

saquetmarcos@hotmail.com

Resumo: A problemática do desenvolvimento tem sido, ao longo dos últimos 40 anos, largamente debatida no nível acadêmico e político, porém, muito pouco tem se produzido, concretamente, a favor do povo de países como o Brasil e os demais da América Latina. Há teorias e críticas muito instigantes e necessárias, porém, acreditamos que é necessário avançar qualitativamente na direção da ressignificação do (des)envolvimento, assim grafado porque estamos tentando inverter seu significado geopolítico e economicista. Por isso estamos vinculando-o com práticas de envolvimento e compromisso popular, ou seja, com a práxis territorial descolonial e contra-hegemônica feita participativa, dialógica, ecológica e reflexivamente por meio de uma ciência popular e territorial. Assim, o objeto de estudos da Geografia pode muito bem ser a práxis territorial experimentada tendo em vista a libertação popular, contribuindo para construir uma sociedade mais justa e ecológica.

Palavras-chave: (Des)envolvimento; território; práxis; libertação.

Abstract: The issue of development has, over the past 40 years, been widely debated at the academic and political level, however, very little has been produced, specifically, in favor of the people of countries like Brazil and the rest of Latin America. There are very provocative and necessary theories and criticisms, however, we believe that it is necessary to advance qualitatively in the direction of the redefinition of (des) involvement, spelled as this is because we are trying to invert its geopolitical and economicist meaning. That is why we are linking it with practices of popular involvement and commitment, that is, with the decolonial and counter-hegemonic territorial praxis made participatory, dialogical, ecological and reflexively through popular and territorial science. Thus, the object of Geography studies may well be the territorial praxis experienced with a view to popular liberation, contributing to build a more just and ecological society.

Key words: (Des)involvement; territory; praxis; release.

Resumen: La problemática del desarrollo tiene sido, a lo largo de los últimos 40 años, exhaustivamente debatida en el nivel académico y político, sin embargo, tiene se producido poco concretamente, a favor del pueblo de países como Brasil y los demás de

América Latina. Hay teorías y críticas muy estimulantes y necesarias, pero acreditamos que es necesario avanzar cualitativamente en la dirección de la resignificación del (des) involucrimiento, así grifado porque estamos tentando invertir su significado geopolítico y economicista. Por eso estamos vinculándolo con prácticas de involucrimiento y compromiso popular, o sea, con praxis territorial descolonial y contra hegemónica hecha participativa, dialógica, ecológica y reflexivamente por medio de una ciencia popular y territorial. Así, el objeto de estudios de la Geografía puede ser la praxis territorial experimentada teniendo en vista la liberación popular, contribuyendo para construir una sociedad más justa y ecológica.

Palabras claves: (Des)envolvimiento; territorio; praxis; liberación.

Apresentação

Nossa problemática de reflexão, nesta oportunidade, está centrada em algumas concepções teóricas e políticas de desenvolvimento, no intuito de argumentar a favor de uma concepção específica, que estamos denominando de (des)envolvimento raiz realizado na interface universidade-sociedade, ciência-saber popular, teoria-prática, tentando contribuir para ressignificar o conceito de desenvolvimento. De outra maneira, podemos afirmar que se trata de uma concepção experimentada na práxis cotidiana numa perspectiva e(a)fetivamente popular e territorial, contribuindo diretamente para a libertação da nossa gente simples e humilde, do campo e da cidade. Estamos nos referindo, então, a um objeto de estudos que consideramos bastante singular e politizado, definido justamente para subsidiar e/ou coconstruir o (des)envolvimento com compromisso científico e político por parte do/a pesquisador/a.

Essa opção acontece a partir da nossa trajetória de trabalho no ensino, na pesquisa e na extensão/cooperação universitária, pois esta tem se revelado fundamental para refletir sobre as concepções de desenvolvimento, tentando contribuir para sua clarificação considerando nossa opção teórico-metodológica e política de abordagem e práxis ancorada popular e territorialmente. Assim, organizamos este texto trabalhando alguns significados teóricos e políticos do desenvolvimento, para “chegar” numa síntese sobre o (des)envolvimento territorial raiz centrado na participação popular, na produção ecológica e artesanal de alimentos, nas redes curtas de comercialização, na reciprocidade etc., que orienta e está presente em nossos projetos de cooperação realizados com os sujeitos “estudados” a partir de 1996, conforme já evidenciamos em várias publicações anteriores (SAQUET, 2015 [2011], 2013, 2014, 2017b, 2018a,

2018b, 2019a, 2019b), realizados numa práxis que consideramos contra-hegemônica e descolonial.

Estamos cansados do academicismo racionalista – estamos nos referindo de maneira especial à Geografia –, no qual o senso comum é considerado, por muitos intelectuais, muito comum e superficial, irracional e desnecessário, pois suas verdades – dos intelectuais – já estão definidas no nível do pensamento, da razão e da ciência dita moderna, como se as suas verdades fossem imutáveis e absolutas, as únicas válidas e importantes para a vida em sociedade. O que temos percebido, de maneira geral, é a proliferação de modas e modismos, de narrativas burguesas, eurocêntricas e universais, escondidas por trás de uma pretensa vinculação, por exemplo, aos movimentos sociais de luta e resistência das classes populares (urbanas e rurais), por trás de um pretense giro descolonial, que não passa, muitas vezes, de um afobado discurso elaborado para se manter na hegemonia intelectual.

Na nossa concepção de pesquisa e cooperação/ação participativa, todos os sujeitos locais têm conhecimentos dos seus contextos de vida cotidiana, tais como técnicas, comidas, declividade, biodiversidade, inundações, solos, vegetação nativa, ruas, pertencimentos etc., conhecimentos construídos historicamente, espontânea e interdisciplinarmente com “indisciplina”, como preconiza coerentemente Quaini (2009).

E essa indisciplina não significa, necessariamente, falta de critério e de reflexão, negligência das teorias, das técnicas e dos conceitos já existentes no meio científico, pelo contrário, assume o conteúdo do diálogo e da interação, da participação e colaboração, do respeito mútuo entre sujeitos, muitas vezes, muito desiguais e diferentes, ricos de saberes e experiências. Então, estamos assumindo uma perspectiva de insurgência e descolonialidade feita no decorrer da nossa trajetória, que reconhece e(a)fetivamente a unidade teoria-prática e sujeito-sujeito no fazer ciência com as pessoas “estudadas”, notadamente, com as mais vulneráveis, simples, expropriadas, oprimidas, colonizadas e dominadas: estamos num movimento que consideramos de práxis territorial de mútua libertação.

A resolução dos problemas do povo pode ocorrer, evidentemente, a partir de concepções epistemológicas e/ou ontológicas feitas **de fora e sobre os movimentos** sociais de luta e resistência, ou mesmo de qualquer outra problemática territorial, bem como quando os estudos são feitos **para os movimentos** (subsidiando suas atuações),

no entanto, acreditamos que é mais coerente e necessário, diante da gravíssima situação de vida da nossa gente, **trabalhar com os sujeitos e movimentos sociais de luta, resistência, enfrentamento e contra hegemonia** política, cultural, econômica e ambiental (SAQUET, 2015 [2011], 2019a, 2019b, 2019d, 2020).

Nós escrevemos este texto, portanto, **de dentro** de um movimento social, temporal, espacial e territorial – o agroecológico -, em virtude da nossa opção metodológica e política de trabalhar com os sujeitos: dirigimo-lo especialmente para os camponeses (produtores da nossa comida) e cidadãos simples e humildes da periferia urbana, também trabalhadores embora, muitas vezes, não tenham um trabalho regular e minimamente seguro.

Assim, a própria práxis territorial de cooperação e solidariedade com os sujeitos “estudados” é, evidentemente, decisiva para interpretar a realidade e para transformá-la científica e popularmente. Sempre acreditamos que a teoria tem uma “essência” prática e, se não for assim, perde o significado de interpretação dialética da relação sujeito-“objeto”: isso significa, então, que a classe social “estudada” é, ao mesmo tempo, sujeito e objeto (LUKÁCS, 2018 [1923]).

Assim, a noção de “territorialidade ativa” tem sido fundamental, para se verificar, participativa e dialogicamente, as possibilidades e experiências existentes de auto-organização dos sujeitos, para a gestão territorial dos bens comuns e do patrimônio territorial (DEMATTEIS, 2001, 2009; DEMATTEIS e GOVERNA, 2005; DERIU, 2009; SAQUET, 2020 [2007], 2015 [2011], 2017a, 2017b, 2019c). Gestão que precisa acontecer na práxis cotidiana, com discussão e pesquisa, reflexão e ação, com autonomia decisória dos sujeitos do campo e da cidade, a partir das suas identidades e dos seus conflitos, das suas desigualdades e diferenças, com base no presente e no futuro – sem desconsiderar o passado, evidentemente -, em redes de cooperação e solidariedade.

Na territorialidade ativa cada sujeito está em condições de agir, rever papéis e realizar ações inovadoras, configurando, desse modo, estratégias de resposta/resistência diante das imposições e dos controles construindo, assim, mudanças e inovações (GOVERNA, 2005, p. 59).

Desse modo, a territorialidade é uma mediação, num território de mobilização, (in)formação, enfrentamento, luta, resistência e práxis. “Nos processos de

desenvolvimento local é a territorialidade das ações que ancora no nível local os sujeitos locais que fazem parte das relações transescalares” (SANTANGELO, 2005, p. 80). Os sujeitos produzem os territórios, individual e socialmente (MAGNAGHI, 2000), ancorados no tempo e no espaço, em certa cultura, com suas práticas e seus saberes, crenças e comportamentos, capacidades e condições que, em determinadas circunstâncias, são possibilidades de auto-organização, luta e enfrentamento popular diante da colonização e colonialidade, da subordinação e exploração, da dependência e expropriação territorial.

Enfrentamento ocorrido, por exemplo, no movimento indígena – no México –, diante do avanço capitalista, no qual sua cultura permeada por seus mitos, ritos e crenças, constituiu uma medição para a ação política, potente fator da luta na forma de energia e poder, resistindo para reproduzir sua forma de vida cotidiana e territorial (VERGARA FIGUEROA, 2016).

Enfrentamento que vivemos, historicamente, nos nossos projetos de pesquisa-ação-participativa em alguns municípios do Sudoeste do Paraná, trabalhando com camponeses e moradores da periferia urbana, por meio da auto-organização e (in)formação, da mobilização e luta, por dentro do movimento agroecológico de produção de comidas, justamente contra a expansão quase incontrolável do agronegócio (SAQUET, 2017b, 2018a).

Movimento esse no qual participamos e muito aprendemos sobre a luta popular que, necessariamente, precisa ter um conteúdo prático-reflexivo da resistência construída, muitas vezes, a partir das identidades culturais e/ou políticas e/ou econômicas e/ou ambientais. Quando as identidades se efetivam como “energia positiva” para reforçar comunitariamente os “nós” das redes, de forma sustentável e “autocentrada” (MAGNAGHI, 2000), dá-se e(a)fetivamente um (des)envolvimento raiz, conforme detalharemos mais adiante.

Dito de outra maneira, os sujeitos podem compreender e lutar para conquistar o “desenvolvimento como libertação” (GUTIÉRREZ, 1983 [1972]), portanto, como conquista de autonomia decisória, para superar o domínio dos grupos oligárquicos e da burocracia autoritária que impedem a qualificação da cidadania popular (LEGORRETA DIAZ e MÁRQUEZ ROSANO, 2011). No entanto, muitas vezes, essa perspectiva é submersa e sucumbe diante da ortodoxia, do academicismo, do dogmatismo, do

racionalismo, enfim, de uma intelectualidade que consideramos conservadora, restrita aos interesses próprios, muitas vezes academicistas e produtivistas, bem como descolados da realidade popular.

Alguns desenvolvimentos para problematização e reflexão

Partimos do princípio de que o desenvolvimento pode ser compreendido como conceito, prática e mobilização de recursos humanos, por meio de uma abordagem “integrada” e “multidisciplinar”, construindo-se processos “de baixo”, autônomos, autossuficientes, endógenos, “originais”, plurais (envolve as “dimensões” tecnológica, econômica, social, política e cultural) e “centrados no homem”, para tentar garantir seu avanço por meio do seu próprio esforço e da sua identidade cultural (HUYNH, 1979).

No entanto, consideramos que essa questão é mais ampla e complexa, conforme tentaremos mostrar na sequência. Inicialmente, é muito relevante salientar as substanciais diferenças, a partir da problemática relacional do desenvolvimento e da liberdade, entre Gutiérrez (1983 [1972]) e Sen (2000 [1999]) – Quadro 1. Gustavo Gutiérrez evidencia o processo de construção comunitária da liberdade: esta é multiescalar e resultado da práxis plural e cristã. Amartya Sen, por sua vez, entende que o próprio mercado de trabalho pode ser libertador, ao mesmo tempo em que pode ser opressor e subordinador, numa contradição extremamente normal no/do modo capitalista de produção.

<i>Desenvolvimento como libertação</i> (G. Gutiérrez)	<i>Desenvolvimento como liberdade</i> (A. Sen)
<ul style="list-style-type: none"> - Processo de construção de uma sociedade mais livre e humana a partir do Evangelho e das experiências dos/das homens/mulheres com compromisso político a favor da libertação; pessoas que estão em luta para viver com dignidade como sujeitos do seu próprio destino. - Requer uma reflexão crítica sobre a práxis cristã, bem como sua valorização. - Implica caridade, esperança, comunhão, solidariedade e fraternidade = “práxis libertadora” (resulta [da] e condiciona a teologia da libertação). A libertação é uma conquista e um processo. - Significa a libertação dos/das homens/mulheres, classes sociais e países, em relação à dominação e opressão historicamente 	<ul style="list-style-type: none"> - Processo de “expansão das liberdades” para as pessoas cuidarem de si e influenciar o mundo: de troca e transação comercial; de participação social; de oportunidades sociais e tomada de decisão; de mercado de trabalho e institucional; de diálogo. As liberdades precisam ser desfrutadas. - As liberdades são econômicas, sociais e políticas; são garantia de transparência e segurança social; são “meios” e “fins”, ao mesmo tempo, do desenvolvimento. - As liberdades se complementam e se relacionam. - Significa acesso aos serviços de saúde (médica), saneamento básico, água tratada, educação, habitação, oportunidades sociais, enfim, à qualidade de vida, ao bem-estar

<p>realizadas.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Corresponde a um “processo social global” substantivado por aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais, resultante de uma “revolução social” para superar a dependência econômica, social, política e cultural; leva à libertação também econômica, social, política e cultural. - Há diferentes níveis de libertação que se condicionam mutuamente. 	<p>diverso e heterogêneo.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Corresponde a um processo para ultrapassar a pobreza e privação das capacidades básicas. - As pessoas precisam ser envolvidas ativamente na definição do seu próprio destino. - Requer uma abordagem múltipla.
---	--

Quadro n. 1- Libertação *versus* liberdade no desenvolvimento.

Fonte: Gutiérrez (1983 [1972]) e Sen (2000 [1999]). Elaboração: Marcos Saquet, agosto de 2019.

Assim, é preciso deixar claro que consideramos a contribuição de Amartya Sen um importante avanço qualitativo, ao compreender a liberdade (para todos) como objetivo e meio, processo que permite ações e tomadas de decisões a partir da participação social; ele também reconhece a diversidade cultural e a importância da responsabilidade individual na interdependência das liberdades.

Para Amartya Sen, o desenvolvimento está intrinsecamente relacionado à “expansão das liberdades”, notadamente para decidir e desfrutar: tem um conteúdo essencialmente político-econômico. Portanto, também estamos concordando com Acosta (2016 [2012]), especificamente quando afirma que Amartya Sen não questiona o capitalismo e a concomitante produção de valor. De fato, há falta de liberdade para sanar a fome, como afirma Sen (2000 [1999]), porém, não nos parece coerente afirmar que a inserção no mercado de trabalho que conhecemos seja vital para a superação da fome, ratificando-se o “mundo moderno”, como faz Amartya Sen a partir da sua concepção que estamos considerando universalista, racionalista e eurocêntrica. Não nos parece humano que tenhamos que aceitar, muitas vezes em condições precárias, o assalariamento, para tentar se libertar a partir da relação trabalho-capital. Construir uma economia “opulenta e crescente é útil” para quem? É possível produzir uma “globalização menos destrutiva”? Como? Quem está construindo ou produzirá essa globalização?

Já para Gustavo Gutiérrez, o desenvolvimento significa participar da luta pela libertação dos oprimidos, como cristãos, vivendo em comunhão, em solidariedade com todos os homens, convertendo-se à justiça social, criando um “homem novo”: a libertação é uma utopia que está vinculada à realidade histórica, é revolucionária e

relacionada ao futuro, significa energia de renovação, como ciência e práxis. Assim, também cabe perguntar: é possível construir um “homem novo” para viver em comunhão com os demais, no atual estágio do modo capitalista de produção? A centralidade do processo de libertação é fundamental, porém, como podemos ter uma práxis de transformação cristã que também seja econômica, política e cultural?

Parece-nos relevante notar também que alguns pesquisadores ortodoxos – apesar da diferença existente no nível de concepção e abordagem do desenvolvimento – têm uma concepção similar à de Amartya Sen. Veja-se, nesse caso, Mészáros (2011), para o qual o desenvolvimento assume o conteúdo de desenvolvimento socioeconômico, implicando o “fim das determinações e relações unilaterais”, fundindo-se numa “nova” unidade entre a base material e a superestrutura, na qual a emancipação (da consciência com “transformação qualitativa do trabalho”), a propriedade, a liberdade e a igualdade são centrais. O homem, por meio da sua capacidade de transformação, provoca “avanços” históricos como os que aconteceram entre o feudalismo e o capitalismo. O desenvolvimento, portanto, requer profundas mudanças “formais” e “substanciais” na materialidade e na superestrutura, almejando-se um poder político e material “cooperativamente compartilhado” no nível global, já que este último é uma tendência do capital.

No entanto, Mészáros (2011), assim como Sen (2000 [1999]), parece não perceber que as contradições desse movimento precisam ser apreendidas em suas singularidades de espaço e tempo, ecossistemas e pessoas, no nível dos lugares e das sociedades locais, dos territórios e dos tempos (naturais-sociais). É por isso, talvez, que não há, nas suas argumentações, sequer um “fio de luz” vinculado, de fato, ao processo de práxis cotidiana de transformação social e emancipação política dos diferentes grupos, classes sociais e povos. Podemos, então, perguntarmo-nos: onde, como e para quem está acontecendo – ou pode ocorrer - a “transformação qualitativa do trabalho”? É possível conquistar um “poder político cooperativamente compartilhado” no nível global? Como isso pode ser feito? Por quem? E mais, quem, histórica e geograficamente, desfrutou/desfruta dos “avanços” conseguidos com o capitalismo? Onde, como e por que aconteceram e ocorrem? Quem vive, cotidianamente, com liberdade e igualdade entre si? Quem são, onde estão e como se reproduzem os proprietários das terras, das águas, da biodiversidade, dos bancos financeiros e das

demais grandes empresas? Como pode ser efetivada a “crescente socialização da produção”? Essa está ocorrendo? Onde? Para quem? Onde e quem teve (e tem) um “desenvolvimento social imenso”? Quem destrói o ambiente, por quê, como e onde isso acontece?

Pois, por um lado, o sistema do capital foi responsável por um *desenvolvimento social imenso* e a efetiva *socialização da produção*, que nunca pode ser desfeita, com sua tendência em direção à escala *global* para sua plena realização. Por outro lado, no entanto, o capital também foi responsável por ativar a *contradição direta* simultânea dessa grande realização histórica, devido à *apropriação e à expropriação privada*, estruturalmente prejudicadas e arraigadas, dos meios de produção e dos produtos mercadorizados alienados do trabalho vivo (MÉSZÁROS, 2011, p. 352; grifos do original).

Parece-nos também que esse reconhecimento por parte de István Mészáros, assim como os de Sen (2000 [1999]), são elaborados “por dentro” e “de dentro” da racionalidade do capital e ainda estão muito distantes da uma compreensão mais completa e adequada da pobreza (econômica, política, cultural e ambiental) de bilhões de pessoas, porque são concepções teóricas que permanecem eurocêntricas e universais, abstratas e demasiadamente globalizantes. Também estão muito distantes da construção solidária, cooperada, ecológica, participativa e emancipatória do **(des)envolvimento feito com corpos e almas, ciências e emoções, tecnologias e cosmologias, do, para e com o povo na perspectiva da ciência popular** (FALS BORDA, 1981, 2011 [1967]; SAQUET, 2019a, 2019b, 2019d). E, nesse contexto, não é demais chamarmos para o debate outro ortodoxo, desta vez, latino-americano, León Hernández (2013, 2017, 2020).

Como o espaço é produto e condição da práxis humana, correspondendo, portanto, à “geograficidade” social a partir de uma construção histórica e particular, as mudanças sociais requerem uma “práxis espacial” ou “geográfica revolucionária”. Essa práxis preconizada precisa corresponder a um projeto político comum entre os sujeitos sociais históricos, num movimento passado-presente-futuro, conscientemente realizado (passa por uma revolução teórica) e “intencionalmente dirigido” (LEÓN HERNÁNDEZ, 2013).

Então, a práxis espacial idealizada por Efraín León Hernández é produzida em meio ao antagonismo e à disputa entre distintas classes sociais, num “campo de batalha desigual para a luta geopolítica” (“campo de batalha” também evidenciado teoricamente

por STAVENHAGEN, 1981 [1965]), com uma configuração colonial, dependente e neoliberal. Portanto, a práxis também tem o conteúdo da luta por terra, território e emancipação do ponto de vista geopolítico (político e geográfico) em meio ao ordenamento feito pelas classes dominantes na direção da acumulação de capital (LEÓN HERNÁNDEZ, 2017, 2020).

Isso significa, sucintamente que, Efraín León Hernández, em sua rica e desafiante reflexão, também parece não perceber claramente os terríveis e complexos limites da condição de luta e resistência trabalhadora num contexto neoliberal e globalizante, como tendências consolidadas do capitalismo internacional. Há condições, no nível internacional, de conquistar a preconizada emancipação territorial? Como isso pode efetivamente acontecer? A “geograticidade” da “práxis revolucionária” – fundamental, evidentemente - pode ser potencializada a favor dos trabalhadores do campo e da cidade? Como, onde e quem pode, de fato, efetivá-la numa direção consciente em meio às batalhas tão desiguais existentes cotidianamente? Como se pode criar e/ou qualificar uma consciência espacial politizada numa práxis radical de transformação social?

Desse modo, tentando contribuir qualitativamente ao debate, ousamos um pouco mais e fizemos uma comparação da concepção de (des)envolvimento raiz presente na nossa práxis de pesquisa-ação-participativa, com a obra de Acosta (2016 [2012]) – Quadro 2, a seguir.

DESENVOLVIMENTOS	
M. Saquet (2017b, 2018a, 2019a, 2019b)	A. Acosta (2016 [2012])
<p>- Projeto Vida na Roça (PVR) - (1996-1998): trabalhamos com o desenvolvimento comunitário, como chamávamos na época, rigidamente contrário ao desenvolvimentismo e ao desenvolvimento econômico depredador, concentrador, poluidor e centralizador. O desenvolvimento foi amplamente discutido, definido e efetivado com os sujeitos envolvidos no projeto, notadamente camponeses produtores de comidas.</p> <p>- Projeto Vida no Bairro (PVB) – (2002-2006): incorporamos o debate e a prática da autonomia decisória numa abordagem e atuação territorial, centrada na interdisciplinaridade, na participação</p>	<p>- Concepção diretamente vinculada ao Bem Viver, presente nas Constituições da Bolívia e do Equador (com importantes diferenças), centrada nos direitos humanos e da natureza.</p> <p>- Tem matriz comunitária, na vida dos indígenas em harmonia com a natureza.</p> <p>- Visa gerar outras sociedades, com harmonia entre as pessoas e destas com a natureza, por meio de uma filosofia de vida, como “alternativa ao desenvolvimento”.</p> <p>- Reconhece-se e nutre-se dos diferentes valores culturais e comunitários, da cosmovisão indígena, da solidariedade, da liberdade, das experiências locais, da participação democrática, da reciprocidade e do “autocentramento” (realizado “de baixo e</p>

<p>popular, na sustentabilidade. As práticas e os princípios aprendidos no PVR foram adaptadas e aprimoradas no PVB, num movimento de luta e resistência, enfrentamento e reivindicações do que fora escolhido pelos moradores do bairro São Francisco – Francisco Beltrão (PR).</p> <ul style="list-style-type: none"> - O desenvolvimento foi experimentado como envolvimento e compromisso político-cultural recíproco, realizado numa práxis ancorada territorialmente; foi feito de aprendizagens e colaborações na interface universidade-ONGs-associações-sindicatos, ciência-saber popular. - As escalas de ações foram locais e intermunicipais, na territorialidade urbano-rural. 	<p>de dentro”).</p> <ul style="list-style-type: none"> - O Estado precisa ser plurinacional e intercultural. - Sua efetivação requer um discurso contra-hegemônico e decolonial, contra o desenvolvimento devastador, concentrador e acumulador; contém práxis de resistência e subversão ao colonialismo. - Sua concretização também exige espaços de autogoverno e autodeterminação, ancorados nos saberes dos povos originários, na participação, na solidariedade e na sustentabilidade. - Priorizam-se os mercados locais e internos: com base nas demandas e necessidades comunitárias.
---	---

Quadro n. 2 – Interpretações do desenvolvimento territorial – comunitário. Elaboração de Marcos Saquet, outubro e novembro 2019.

Apesar das controvérsias existentes sobre as propostas plurinacionais da Bolívia e do Equador - veja-se, por exemplo, Martínez Valle (2017) -, estamos reconhecendo que há (des)envolvimentos, no plural, fora do circuito ampliado do capital, feitos pelos camponeses, pescadores familiares, quilombolas, indígenas, operários, sindicalistas etc. As relações sociais-naturais-espirituais são amplas e complexas, plurais e heterogêneas, caracterizando distintos (des)envolvimentos, sob a égide do capital e do Estado burguês ou não, sob gestão comunitária e solidária realizada por associações, sindicatos e ONGs.

Enquanto as “alternativas ao desenvolvimento” argumentadas por Acosta (2016 [2012]) parecem não ter avançado quantitativa e qualitativamente a partir das ações do Estado, nós preferimos – sem desconsiderar, obviamente, as políticas públicas e o Estado – trabalhar com a pesquisa-ação-participativa, na interface universidade-sociedade local e regional, bem como integrando ciência e saber popular. E isso tem se revelado bastante profícuo, processo no qual muito aprendemos com os sujeitos “estudados”, valorizando-se mutuamente e “ativando” territorialidades e pessoas muitas vezes desoladas, invisibilizadas, desmotivadas e subalternas às políticas local, regional e nacional (SAQUET, 2018a, 2018b, 2019d).

Processo de compreensão e trabalho comunitário que, teórica e empiricamente, elaboramos a partir da nossa tese de doutorado (SAQUET, 2003 [2001]), na qual

entendemos o (des)envolvimento como (in)formação, mobilização política, organização sindical, produção artesanal de alimentos e instrumentos de trabalho, pequeno comércio (redes curtas de comercialização) ancorado na cultura da reciprocidade e no território no âmbito regional.

Para tal compreensão e trabalho, historicamente, pesquisadores como Dematteis (1988) e Bagnasco (1977, 1978) foram fundamentais. Para este último, o desenvolvimento é entendido como uma “problemática territorial”, ou seja, está diretamente vinculado aos distintos ecossistemas, tempos, espaços e sujeitos. O desenvolvimento é resultado das condições territoriais locais (naturais e sociais; herdadas e criadas/inventadas) produzidas na longa duração e, ao mesmo tempo, da valorização territorial feita por meio de políticas públicas específicas, da auto-organização local, da autogestão etc. (DEMATTEIS, 1988).

Isso significa que o **(des)envolvimento** – nessa grafia específica –, está diretamente ligado à vida cotidiana em cada espaço-tempo, aos sujeitos e suas diferenças (políticas, de gênero, sexo, religião, cor, classe etc.), às identidades (econômicas, políticas, culturais e ambientais - EPCA), às desigualdades (econômicas), às necessidades e aos desejos, com significados singulares e heterogêneos, mas sempre vinculados ao **povo, feito por e para ele**, a partir da sua consciência de classe e de lugar, da sua práxis territorial insurgente (SAQUET, 2017b, 2018a, 2018b, 2019a, 2019b, 2019d).

A dialética a evidenciar, então, não é aquela entre dentro e fora, mas aquela que se desenvolve no interior do sistema local e dos seus atores: uma dialética entre possibilidades diversas que se abrem a qualquer um, entre prioridades e interesses que competem para conquistar consenso, recurso e futuro (RULLANI, 2005, p. 137).

Podemos falar, assim, de uma automobilização e auto-organização territorial, formada por redes de cooperação e solidariedade em diferentes níveis escalares de atuação política, sem desconsiderar, obviamente, as relações também fundamentais que precisam ocorrer com o Estado. As apropriações, as reivindicações e estratégias de luta e enfrentamento são (i)materiais, efêmeras e/ou mais duradouras, conforme as condições, as necessidades, os desejos e os objetivos de cada grupo e classe social.

Não há problema, obviamente, em pensar e debater as “alternativas ao desenvolvimento”, porque estas também são multiformes, feitas por sujeitos diversos

(LANG, 2016). Concepção esta que nos remete a pensar, necessariamente, nos tempos e territórios, nas temporalidades e territorialidades, nos ecossistemas, nos climas e nas águas e, de maneira muito especial, nas pessoas de cada tempo-espço, de cada território, vivendo em sociedade e em natureza, consoante estamos insistindo pelo menos desde 1996.

A democracia participativa, portanto, como revela claramente nossa experiência de pesquisa-ação-cooperação, precisa ser efetivada por meio da “consciência de lugar”, do reconhecimento dos próprios valores, saberes, patrimônios territoriais (naturais-culturais), das identidades e diferenças, enfim, da diversidade e da **autogestão feita pelos habitantes** de cada lugar e comunidade, numa perspectiva “autossustentável” e multinível/transescalar (MAGNAGHI, 2006a, 2006b; SAQUET, 2017a, 2017b, 2019c).

Então, consoante já alertamos em Saquet (2020 [2007]), os partidos políticos existentes são extremamente ineficientes e ineficazes quando se trata de democracia e de direitos populares, de representação respeitosa e justa. São muito mais instrumentos de poder, dominação, negociação e enquadramento do povo, como percebera adequadamente Fanon (2005 [1961], p. 130): “A noção de partido é uma noção importada da Metrópole. Esse instrumento das lutas modernas é aplicado, tal qual, sobre uma realidade multiforme, desequilibrada [...]”.

Os sujeitos têm capacidade de produzir realidades, a partir das suas necessidades e possibilidades possíveis, da sua “dialética memória-utopia” (ZEMELMAN, 2011 [1997]). A utopia, portanto, significa um “horizonte do futuro”, orientando a construção das opções possíveis a partir das singularidades territoriais, da heterogeneidade, das capacidades, condições e consciências (ZEMELMAN, 2011 [1989]). “Refletir a partir da práxis histórica libertadora é refletir à luz do futuro em que se crê e se espera, é refletir com vistas a uma ação transformadora do presente” (GUTIÉRREZ, 1983 [1972], p. 27).

Assim, a auto-organização assume o conteúdo da práxis de enfrentamento, luta e resistência popular a favor da sua libertação, consoante demonstra muito bem Fanon (1974) e segundo também argumentamos e evidenciamos empiricamente em Saquet (2017a, 2017b, 2018a, 2018b, 2019a, 2019b). Pode ser contra-hegemônica, como mediação para reversão da política dominante, com o compromisso social coletivo, dialógico e de resistência popular (ZART, 2014). Normalmente, eu sonho e mudo,

transformo e sonho a partir de uma “utopia possível” (FALS BORDA, 2013 [2007]; BARTRA, 2011; FREIRE, 2018 [2008]) e da esperança de viver mais e melhor, no presente e no futuro, no campo e na cidade: aí, a utopia precisa ser, de fato, revolucionária, científica e teórico-prática (GUTIÉRREZ, 1983 [1972]).

E são atividades como as da Associação dos Produtores Orgânicos do Mato Grosso do Sul e da Cooperativa de Mulheres Unidas Venceremos (OLIVEIRA e MACHADO, 2014) e como a iniciativa do “Café da manhã na roça”, feita na Escola Municipal Rural do Assentamento São Joaquim, em Selvíria (MS), por meio de uma cooperação entre esta escola e a UFMS, para partilhar diferentes alimentos (BORGES, 2015), juntamente com nossos projetos de pesquisa-ação-participativa supracitados, que nos instigam a trabalhar ainda mais a favor do povo, por meio da pesquisa voltada diretamente para a cooperação e para a solidariedade com os sujeitos “estudados”.

É justamente aí que está nossa práxis popular e territorial com envolvimento e compromisso político-cultural, então, o (des)envolvimento não pode ter fórmulas e modelos. Há, sim, a valorização e potencialização dos saberes populares e científicos trabalhados respeitosamente, dos sujeitos e suas necessidades, dos ecossistemas e suas especificidades, da auto-organização e autogestão, todos processos realizados com uma forte ancoragem cultural nas vivências comunitárias que, evidentemente, estão repletas de diferenças, conflitos e disputas, de tradição e mudança.

O homem – como natureza e sociedade – tem práticas multidimensionais no desenvolvimento, reproduzindo, muitas vezes, a reciprocidade (BESEN et al, 2020), como mecanismo fundamental para se reproduzir justamente como ser social-natural-espiritual. Desse modo, acreditamos que a práxis de pesquisa e ação tem, como objeto de estudos e processo de cooperação e solidariedade, a luta popular de libertação, comunitária e dialógica, com descolonização, autonomia decisória e contra-hegemonia. Nessa práxis, os sujeitos podem, e(a)fetivamente, produzir seus territórios e (des)envolvimentos para-si, participando e reivindicando, colaborando mutuamente num movimento contínuo de autogestão e práxis territorial popular e descolonial.

A “práxis de libertação” como objeto de estudos da Geografia

Ao nos referirmos à práxis como objeto de estudos da Geografia nessa perspectiva da pesquisa-reflexão-cooperação, estamos direcionando nosso trabalho à

vida dos/das indígenas e afrodescendentes, dos/das camponeses/as e pescadores/as, dos/das operários/as e artesãos/ãs, bem como de outros sujeitos que têm, normalmente, vida simples, como os encanadores, eletricitas, mecânicos, sapateiros, pedreiros, marceneiros, alfaiates, professores etc. Estamos pensando e trabalhando, então, na construção de uma ciência geográfica do realmente possível, numa perspectiva de projeção do futuro (DEMATTEIS, 1988).

O objetivo principal é pesquisar e interpretar criticamente as distintas práxis existentes, no campo e na cidade, especialmente as e(a)fetivamente emancipadoras e libertadoras, de mobilização, luta, enfrentamento e resistência diante da dominação social (econômica, política, cultural e ambiental) e territorial, ao mesmo tempo, cooperando com os sujeitos “estudados”, direta e/ou indiretamente. A perspectiva de abordagem é pluridimensional/(i)material (social-natural-espiritual ou **E-P-C-N/A**), histórico-crítica e relacional/reticular, na qual o homem tem centralidade como síntese da unidade sociedade-natureza-espiritualidade. “[...] A Geografia não é algo imutável; ela faz-se, refaz-se todos os dias: a cada instante modifica-se pela ação do homem” (RECLUS, 2015 [1905], p. 60).

Estamos tratando, portanto, juntamente com Raffestin (1977), de uma “Geografia da territorialidade cotidiana”, que tentamos ampliar em Saquet (2015 [2011]), ou seja, de uma abordagem das complexas relações e redes da vida diária, de uma problemática natural, social e temporal, das múltiplas conformações do poder, da alteridade e exterioridade: estudamos a interface “bio-social” inscrita no tempo e no espaço ou, dito de outra maneira, as relações “multi-laterais”, simétricas e dissimétricas, as várias e múltiplas territorialidades temporárias e permanentes, entendidas como um processo relacional para conseguir o máximo possível de autonomia decisória em cada território de vida cotidiana.

A territorialidade tem múltiplos significados, especialmente o da unidade das relações efetivadas pelos homens, por meio de distintos mediadores, com a exterioridade e a alteridade: é um emaranhado de desigualdades e diferenças coexistentes, relações próximas e distantes, cooperações e solidariedades, identidades e conflitos, disputas e apropriações. As territorialidades são dinâmicas, múltiplas, contínuas e descontínuas formando redes de diferentes naturezas, extensões, significados e durações (SAQUET, 2020 [2007], 2017b, 2018b, 2019c).

O território, desse modo, é condição e resultado do movimento espaciotemporal das territorialidades, é “produzido” pela combinação de malhas, nós e redes (invariantes territoriais), no processo TDR, no qual se perde ou se conquista autonomia decisória por meio das sinergias (RAFFESTIN, 1993 [1980], 1987; DEMATTEIS, 1988; SAQUET, 2020 [2007], 2015 [2011], 2017b). De maneira mais simples, reconhecemos que há, em diferentes tempos e espaços, “fenômenos sócio-territoriais” (QUAINI, 1977).

Didática e politicamente, também é fundamental evidenciar que o território é objeto de estudos, conceito e/ou categoria analítica e espaço de mobilização, (in)formação, luta e enfrentamento popular, espaço-tempo onde vivemos e nos reproduzimos como sociedade-natureza-espiritualidade, ora degradando e poluindo, dominando e controlando, ora descolonizando e emancipando, conservando e preservando o ambiente, ora contribuindo para a reprodução da hegemonia territorial, ora para a libertação: há, então, distintas e coexistentes práxis territoriais (SAQUET, 2019b, 2019d).

Não nos referimos, nesta oportunidade, a qualquer práxis cotidiana. Assim como há, histórica e geograficamente práxis opressoras, também há “**práxis de libertação**” que é subversiva da ordem dominadora, seja ela de classe, nação, sexual, pedagógica e cultural; ocorre sob uma “filosofia da libertação e da práxis” (DUSSEL, 1980), para o homem simples e vulnerável, que clama por justiça e respeito, por subversão e vida (DUSSEL, 1986) numa constante luta contra a miséria, a exploração, a opressão e a injustiça (DUSSEL, 1997).

Estamos optando e evidenciando a importância, numa ciência popular, da “práxis de libertação”, supracitada, num sentido social-natural-espiritual, territorial e revolucionário. O objeto de estudos é a práxis, realizados especialmente por meio da pesquisa-ação/cooperação-reflexão-pesquisa-ação/cooperação, feitos por distintos sujeitos que cooperam entre si, dialogando e trabalhando juntos; eis, aí, uma mediação fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e ecológica, voltada para a cooperação e solidariedade.

Então, podemos realizar: i) **estudos da práxis de libertação do povo** (de fora dela e sobre ela), numa abordagem crítica de denúncia centrada na relação **sujeito-objeto**; ii) **estudos para a práxis popular e territorial**, subsidiando, de alguma forma,

a resistência, a luta e o enfrentamento diante da opressão, dominação e colonização; iii) **estudos na práxis popular, feitos com os próprios sujeitos** “estudados” – destacados no início deste texto -, centrados na relação **sujeito-sujeito e voltados para a descolonização e contra hegemonia participativa, dialógica e co-construtiva.**

Então, a Geografia, numa perspectiva como essa que propugnamos e experimentamos ao longo dos anos, voltada para o povo, não se limita a contemplar, compreender e denunciar criticamente, precisa ser feita de homens/mulheres que pensam e sentem, que conviva(e)m com o povo, numa reflexão crítica **da, para a e na práxis** de luta, resistência, enfrentamento, descolonialidade e contra hegemonia, potencializando-se a pesquisa participante e a ação participativa para a aprendizagem mútua.

Trata-se da “práxis de libertação”, acompanhando o raciocínio de Enrique Dussel, como objeto de estudos, de subversão, enfrentamento e conquista de autonomia decisória, insurreição e luta contra os agentes do capital e o Estado burguês, contra a corrupção, a concentração da riqueza, a centralização do poder, contra o racismo, o sexismo, contra a degradação e poluição ambiental etc. Os problemas estudados, buscando sua resolução, são os mais graves e urgentes para o povo – e não para nossos interesses academicistas e produtivistas -, numa e(a)fetiva **Geografia da práxis territorial de insurgência, resistência, enfrentamento e luta popular.**

A “práxis de libertação”, então, assim como a *Investigación-Acción-Participativa* (IAP), é um **movimento transtemporal-transterritorial**, inerente a uma **ciência popular e prática territorial**, processo perpassado por uma filosofia específica de vida cotidiana. “As massas, como sujeitos ativos, são as que justificam a presença do investigador e sua contribuição às tarefas concretas, na etapa ativa e na reflexão” (FALS BORDA, 2015 [1979], p. 263). **A práxis também é, necessariamente, objeto de estudos, conceito e/ou categoria e mediação fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e ecológica, efetivada como práxis territorial de libertação (também territorial).**

Os sujeitos-objetos/sujeitos, então, são os indígenas, os afrodescendentes, os camponeses, os operários, enfim, o povo muito bem caracterizado por Ribeiro (2015 [1995]). Trata-se, aí sim, de uma Geografia histórico-crítica com compromisso social e territorial, popular, feita para e com o povo. A avaliação acadêmica e científica, nesse

sentido, far-se-á a partir desse trabalho, considerando-se a importância do conhecimento produzido para as classes subalternas, exploradas, expropriadas, dominadas, muito além daquele conhecimento que nós produzimos academicamente por meio das nossas dissertações e teses. Como, para que e para quem produzimos conhecimento em nossas universidades?

Acreditamos que, ao optar pela Geografia da práxis de libertação territorial, precisamos rejeitar clara e sistematicamente as concepções meramente contemplativas, mesmo que sejam reflexivas e críticas, pois, muitas vezes, efetivam-se como discursos sem compromisso e(a)fetivo e constante com o povo. Trata-se de outro jeito de fazer ciência e de viver, de ensinar-aprender-cooperar, como uma “filosofia de vida” (FALS BORDA (2008 [1999]), (i)materializando-se uma **Geografia popular dos, para e com os sujeitos “estudados”**, em movimento – de práxis - de luta, enfrentamento e resistência à colonialidade, opressão, alienação, subordinação, degradação etc., num contínuo processo de subversão, descolonização e contra hegemonia, consoante já evidenciamos.

Na práxis ora argumentada, que já experimentamos há 25 anos trabalhando em distintos projetos de pesquisa-ação-participativa, o conhecimento científico está intimamente relacionado às ações dos sujeitos que estão no espaço geográfico; este, além de objeto de estudos, é alvo de transformação, como “força produtiva”, no qual os sujeitos também são “objeto” de estudos (VAGAGGINI e DEMATTEIS, 1976) e, assim, pensam, sentem, respiram, têm necessidades e saberes específicos. As ações passam pela tomada de consciência dos processos que geram as contradições no bojo da luta de classes, para poder resolver as contradições no nível de cada território. “O método dialético não é somente um método de análise teórica, [...] é, ao mesmo tempo, instrumento de criação de possíveis alternativas e práxis para realizá-las (VAGAGGINI e DEMATTEIS, 1976, p. 137).

O/A pesquisador/a, portanto, também é pesquisado/a. O/A pesquisado/a, assim, também é pesquisador/a e, ambos/as, participam ativa e solidariamente, no processo de pesquisa e de transformação social e territorial desejado. E essa é uma escolha e posição incompatível com a pretensa neutralidade da ciência moderna, com os sistemas e subsistemas, com as modelizações, com as classificações de áreas, com as dicotomias

natureza-sociedade e universidade-sociedade, com as narrativas universais produzidas abstratamente a partir de interesses individuais hegemônicos.

A Geografia é diversa, porém, há que ter centralidade na história do conhecimento e no empenho voltado para a sociedade por meio do trabalho social, bem além dos ativismos e das narrativas de denúncia, contribuindo-se para resolver/solucionar os problemas estudados: o conhecimento científico é feito para agir na sociedade (GAMBI, 1973). Os homens que fazem ciência, são os que vivem social e historicamente, então, parece não pesar muito a produção de uma ciência voltada para as causas sociais e ambientais, para os pobres econômica, política, cultural e ambientalmente. “Fora de uma função social, a ciência é inútil [...]” (GAMBI, 1973, p. 73).

A “**filosofia da práxis**” (DUSSEL, 1980; GRAMSCI, 1975 [1932-1935]) precisa ser, de fato, (i)materializada na teoria e na prática, dentro e fora da universidade, como elementos e processos indissociáveis, portanto, precisa ser levada muito a sério. Para ilustrar essa problemática, “chamamos” novamente para discussão a visão de Mészáros (2011), significativamente influenciada pelo pensamento de Karl Marx, portanto, ortodoxa – não por isso descartável, obviamente -, pois Mészáros entende a filosofia como um “instrumento” de luta e emancipação, servindo para fundamentar a compreensão de mundo a partir de uma concepção “trans-histórica” – contínua e descontínua simultaneamente -, de maneira similar aos processos que evidenciamos e demonstramos reflexiva e empiricamente em Saquet (2003 [2001]).

A filosofia, desse modo, tem um conteúdo político bem definido, ou seja, popular, está contida na ciência acadêmica, na práxis cotidiana, nos movimentos sociais de subversão do *status quo*. A filosofia está diretamente vinculada, com ou sem uma reflexão acadêmica, com a produção de conhecimentos, mais ou menos sistematizados, mais ou menos pensados, mais ou menos relacionados à nossa vida cotidiana. Se não for assim, parece-nos que a filosofia perde parte do seu significado, ou seja, de auxiliar, por meio do pensamento, na compreensão do nosso jeito de viver e, ao mesmo tempo, na solução dos problemas, para que possamos viver melhor, com mais justiça e bem-estar para todos.

Está claro, faz tempo, que os estudos históricos e culturais, por exemplo, não conseguem revelar os conteúdos que necessitamos compreender, tendo como base

apenas um método de pesquisa especializado e ortodoxo: omitem-se respostas em virtude da perda de amplitude e complexidade. Houve, então, uma inversão, com o “movimento anti-racionalista” dos estudos culturais, para perceber que a filosofia (teórica) não é a criadora nem o “principal veículo” para entender a “visão de mundo” de cada época: trata-se de uma possibilidade para conceber a transcendência entre os distintos campos culturais, ampliando-se a “visão de mundo”, como algo a-teórico e teórico, analisando-se as diferentes formas ou manifestações culturais (discursivas e não-discursivas) por meio da “tradução” do a-teórico para o teórico (MANNHEIM, 1952).

Nossa mente está em constante fluxo de reconstrução, oscilando entre o teórico e o a-teórico, misturando-se diferentes categorias de distintas origens. O fato de um processo ser a-teórico não significa que seja irracional, como ocorre, por exemplo, na arte e na música (MANNHEIM, 1952). Há, então, pensamentos e significados, práticas sem serem teorizadas e práticas teorizadas, que se confundem e influenciam o nosso pensamento, numa interação entre teórico e não-teórico. Posso estar teorizando agora, porém, nem sempre isso ocorre quando escrevo, leciono, colaboro, dirijo, respiro etc., no entanto, nem por isso deixei de comparar, observar, descrever, delimitar etc. O trabalho artesão (instrumentos de trabalho, comidas e utensílios domésticos) pode não ser reflexivo nos termos acadêmicos, mas é pensado, abstraído, planejado etc. E, no dizer de Mannheim (1952), há “estratos” de significados, na produção do conhecimento: “objetivo” (proposição teórica), “expressivo” (é subjetivo e está vinculado, então, ao sujeito e sua experiência) e “documentário” (técnica de interpretação para uma compreensão consciente do objeto).

Em cada ‘visão de mundo’, há vivências que têm a mesma totalidade, são práticas vinculadas ao conhecimento “a-teórico” (em que as experiências vividas estão integradas e não separadas por disciplinas) num “campo” cultural, que precisa, então, ser teorizado ou tornado científico, traduzindo-se, por exemplo, por meio do “método documentário”, pois se entende, nessa perspectiva, que o objeto de estudos corresponde a um “documento” passível de interpretação e análise científica (WELLER et al, 2002).

“Método documentário”, para pesquisa e interpretação das práticas cotidianas e das “visões de mundo” de cada época e território, para apreender sua substância histórica ou dos distintos significados teóricos e a-teóricos do conhecimento

(MANNHEIM, 1952). Reconhecemos, então, juntamente com Feyerabend (2010 [1987]), que há conhecimentos teóricos e a-teóricos ou “tradições históricas” ou ainda empíricas que nos parecem bastante similares às “visões de mundo” argumentadas por Mannheim (1952).

Mannheim (1952) entende que existe a “filosofia teórica”, racionalista, de origem iluminista, voltada para o saber metódico, científico e universalizante e, ao mesmo tempo, o irracionalismo, para a compreensão do singular, de maneira subjetiva e cultural, apreendendo-se os conteúdos das formas. A ciência especializada, disciplinada, metódica e racional que conhecemos e reproduzimos é “uma tradição”, entre outras que também são importantes (FEYERABEND, 2010 [1987]). E há que se reconhecer, notadamente, a importância da razão e do racionalismo em determinadas situações, no entanto, há outras maneiras de ler e entender criticamente o mundo em que vivemos, construindo-se ciências e soluções especialmente para e com o povo, conforme estamos tentando argumentar.

Os costumes, as crenças e as cosmologias podem ser úteis para certas sociedades, em determinados espaços e tempos, mas não para outras. Cultura e ciência são diferentes, no entanto, não são excludentes. Todos nós podemos inventar, criar e aprimorar, são características imanentes à mente de homens (e mulheres): daí o relógio, as máquinas, as cervejas, as energias, as arquiteturas etc., (i)materiais, teórico-práticas, racionais-irracionais.

Assim, acreditamos que podemos inferir que há experiências práticas teóricas e a-teóricas, bem como a coexistências de ambas na vida cotidiana: misturam-se elementos e processos (a)teóricos e ambos podem ou não ser racionais, isto é, reconhecemos a existência de conhecimentos (a)teóricos racionais e irracionais. Nossa concepção é a de que há filosofias e pelo menos uma filosofia da/na vida cotidiana (vinculada ao tempo presente/agora – sem se desconectar do passado-futuro -, e ao espaço do aqui, sem se desligar da trans-multiescalaridade), prática-(a)teórica, (ir)racional ou (i)material (das formas e significados), des-contínua no tempo e no espaço. Então, para nós, essa é a filosofia popular que contém em si um movimento feito de práticas e práticas em movimento transterritorial e transtemporal, substantivando-se na ciência e educação popular. A “práxis de libertação”, desse modo, precisa ser, (i)materialmente, uma filosofia de vida cotidiana e ciência popular, num

movimento de luta e enfrentamento feito dentro e fora das universidades, coconstruindo-se os (des)envolvimentos desejados e necessitados por nossa gente.

Por isso estamos com Freire (2018 [2008]), ao entender a educação como ato e processo de conhecer, aprender e ensinar: aprende-se fora e dentro da escola. E, a educação popular (em íntima relação com a ciência popular aqui argumentada), evidentemente, é dirigida para as classes populares, trabalhadoras ou não, subordinadas, oprimidas, dominadas, vigiadas, expropriadas etc., e voltada para a construção de uma sociedade mais justa e ecológica.

Aí sim poderemos produzir, para e/ou com o povo, uma ciência nossa, ao contrário do que normal e atualmente se pratica. A filosofia e a ciência popular, acontecendo juntas, são fundamentais para enfrentamento e luta numa práxis territorial de libertação, contra-hegemônica e descolonial, por isso, a ciência popular nos termos que estamos propugnando, é um movimento político-cultural, de práxis territorial e filosófica (teórico-acadêmica e popular).

Algumas palavras finais

Antes de mais nada, queremos deixar claro que não estamos argumentando a favor do abandono dos estudos sobre as diferentes formas de (des)envolvimento. Quando as abordagens são histórico-críticas, relacionais e reticulares, acreditamos que têm alguma importância social e científica. No entanto, parece-nos claro que precisamos produzir muito mais conhecimentos diretamente úteis para nossa gente. Assim como é central conhecer profundamente as possibilidades que temos em termos de teorias, métodos, metodologias e conceitos, para que possamos escolher, conscientemente, a Geografia que queremos fazer. Aí já ficará claro se restringiremos nosso trabalho à sala de aula e às pesquisas individualizadas voltadas para nossa realização pessoal e profissional.

É evidente que isso é importante, porém, precisamos de muito mais do que isso para transformar e(a)fetivamente a sociedade na qual vivemos todos os dias. Aliás, embora não seja tema desta reflexão, não é demais afirmar que este terrível período da pandemia gerada pela Covid 19 serviu muito bem para evidenciar a gravidade e intensidade das desigualdades e diferenças existentes no Brasil. E, quem estuda este

país, sabe muito bem que a denúncia e a crítica não são suficientes para superar minimamente tantas injustiças sociais e ambientais.

Nossa experiência no ensino, na pesquisa e na extensão/cooperação tem evidenciado justamente que necessitamos, séria e sistematicamente, in(sub)verter a Geografia contemplativa – mesmo sendo crítica - que, normalmente, fazemos, assumindo nosso compromisso – de servidores públicos e educadores - político-cultural com as classes populares que tanto precisam dos conhecimentos acadêmicos e científicos. Aí sim, avançaremos muito mais, quantitativa e qualitativamente, nas nossas aulas, pesquisas e demais ações, preferencialmente, feitas para e com a nossa gente. Temos muito a aprender, consoante já evidenciamos, com o nosso povo.

E com ele e para ele que conseguiremos construir, dialógica e participativamente, a(e)fetivamente, nossos (des)envolvimentos raízes, considerando os ecossistemas, os distintos sujeitos, grupos e classes sociais, as técnicas e tecnologias, trabalhados na interface ciência-saber popular, universidade-sociedade, sociedade-natureza-espiritualidade, enfim, de acordo com as singularidades de cada tempo e território, **coproduzindo-se (des)envolvimentos próprios com autonomia decisória e autogestão territorial.**

Como os (des)envolvimentos são coproduzidos entre distintos sujeitos, não podem ser determinados por lei ou qualquer política pública sem a participação dos sujeitos interessados. Podemos ter uma visão e práxis mais humanizada e cristã, como preconiza Gustavo Gutiérrez, evidenciando-se a libertação política, a caridade, a comunhão e a fraternidade, porém, sempre num processo dialógico e participativo, e(a)fetivamente libertador para todos e todas: esse movimento requer, necessariamente, uma revolução do nosso jeito de pensar e viver, das relações sociais-naturais-espirituais, nos diferentes âmbitos espaciotemporais e territoriais da vida cotidiana. Já uma concepção economicista como a propugnada por Amartya Sen, justamente por isso largamente difundida e institucionalizada em escala internacional, não cabe num (des)envolvimento raiz, porque este último é pluridimensional, participativo, popular, dialógico, reflexivo, ecológico, enfim, está contido numa práxis mais ampla de territorialização da autonomia decisória, da justiça social, da conservação ambiental, da descolonização e da contra-hegemonia.

Por isso, temos insistido que o enfrentamento é processual e relacional, precisa ser transparente e respeitoso, comunicativo e solidário, potencializando-se as singularidades de cada tempo e território. “O enfrentamento somente é possível se se está no lugar onde as coisas acontecem e onde a exigência se considera legítima pela identidade do lugar” (NATES-CRUZ, VELÁSQUEZ LÓPEZ, GARCÍA ALONSO, 2017, p. 81).

É aí no lugar, compreendido e experimentado como território, que necessitamos sempre mais qualificar a “consciência de classe e de lugar” (SAQUET, 2017a, 2017b), renovando as identidades que servem de base para nossa unidade política e embate territorial. Processo no qual compreender e explicar as contradições, os conflitos e as disputas é fundamental, juntamente com as desigualdades e diferenças, numa direção diferente das apontadas por Efraín León Hernández e István Mészáros – apesar de reconhecermos o mérito das suas teorizações e argumentações teóricas –, encontrando-se com a “ciência popular” de Orlando Fals Borda, com a “pedagogia da libertação” de Paulo Freire, com as “filosofias da práxis” de Enrique Dussel e Antonio Gramsci, com a “dialética da libertação” de Frantz Fanon, sempre na direção do “horizonte do futuro” de Hugo Zemelman. Isso passa, necessariamente, por uma práxis de pesquisa e ação, (in)formação e reflexão, dentro e fora das universidades e demais escolas, trabalhando-se e(a)fetivamente com o povo.

Essa pode ser uma efetiva solução, por exemplo, para os indígenas Sápara (Equador), para superar as pressões exercidas pelo espaço em virtude do turismo e das outras atividades econômicas que ameaçam sua reprodução cotidiana, consoante demonstra Mejia Ayala (2017). Entendemos que a vida comunitária é uma potência instalada que precisa ser, necessariamente, reconhecida, identificada, compreendida, explicada e, portanto, valorizada a favor da própria comunidade, em cada território e tempo de vida cotidiana. E, para isso, a qualificação da ajuda mútua é fundamental: “[...] o apoio mútuo é um condutor do progresso melhor do que a guerra de cada um contra todos [...]” (KROPOTKIN, 2012 [1902], p. 171).

Isto não significa, obviamente, que o Estado seja dispensável, pelo contrário, precisa atuar muito mais sistemática e fortemente com políticas públicas específicas e populares, para subsidiar quantitativa e qualitativamente a criação de hortas comunitárias nos campos e nas cidades, o cultivo de arroz, feijão, batatas, carnes, frutas

e hortaliças etc. para o consumo diário nos distintos territórios, para financiar projetos criativos e inovadores vinculados ao saber-fazer reproduzido entre as famílias do campo e da cidade, produzindo-se artesanalmente alimentos e utensílios domésticos, valorizando-se e potencializando-se os saberes e as técnicas populares para o próprio povo.

Aí estão as diferentes experimentações da práxis de libertação que, nesta oportunidade, evidenciamos como objeto de estudos da Geografia. Não se trata, portanto, de qualquer Geografia: estamos trabalhando com uma Geografia popular e territorial, que cuja práxis de pesquisa-ação-participativa é central, produzindo-se conhecimentos científicos e populares para e com a nossa gente do campo e da cidade, especialmente com camponeses que produzem boa parte da nossa comida diária e com moradores (com e sem trabalho) da periferia urbana, contribuindo para a conquista de autonomia e melhores condições de vida. Assim, estamos trabalhando numa perspectiva mais horizontal, participativa e dialógica com os sujeitos “estudados”, pois acreditamos que essa cooperação é fundamental na construção de uma sociedade mais justa e ecológica.

Referências

- ACOSTA, Alberto. *O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016 [2012].
- BAGNASCO, Arnaldo. *Tre Italie*. La problematica territoriale dello sviluppo italiano. Bologna: Il Mulino, 1977.
- BAGNASCO, Arnaldo. Problematiche dello sviluppo e articolazione dell’analisi: un paradigma per l’analisi territoriale. In: BAGNASCO, A.; MESSORI, M. e TRIGILIA, C. (Org.). *Le problematiche dello sviluppo italiano*. Milão: Feltrinelli, 1978. p. 205-251.
- BARTRA, Armando. *La utopía posible*. México, DF: La Jornada Ediciones/Editorial ITACA, 2011.
- BESIN, Fabiola et al. Território, desenvolvimento e sustentabilidade, *Revista Grifos*, n. 49, 2020, p. 89-108.
- BORGES, Maria Celma. “O café da manhã na roça” e o Assentamento São Joaquim, Selvíria, MS: algumas considerações a partir da história e de Paulo Freire. In:

ALMEIDA, R. (Org.). *A práxis agroambiental no chão do assentamento*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2015, p. 277-301.

DEMATTEIS, Giuseppe. Valorizzazione e trasformazioni territoriali. Problemi teorico-metodologici con riferimento all'Italia Centro-Settentrionale. In: LEONE, U. (Org.). *Territorio e sviluppo negli spazi periferici – valorizzazione e sviluppo territoriale in Italia*. Milão: Franco Angeli, 1988. p. 44-69.

DEMATTEIS, Giuseppe. Per una geografia della territorialità attiva e dei valori territoriali. In: BONORA, Paola (Org.). *Slot, quaderno 1*. Bologna: Baskerville, 2001. p. 11-30.

DEMATTEIS, Giuseppe. Conurbazione disgregata e sistemi locali territoriali. In: BONORA, P. e CERVELLATI, P. L. (Org.). *Per una nuova urbanità*. Reggio Emilia: Diabasis, 2009. p. 44-59.

DEMATTEIS, Giuseppe e GOVERNA, Francesca. Il territorio nello sviluppo locale. Il contributo del modelo Slot. In: DEMATTEIS, G. e GOVERNA, F. (Org.). *Territorialità, sviluppo locale, sostenibilità: il modello Slot*. Milano: Franco Angeli, 2005. p. 15-38.

DERIU, Micaela. Passaggio a Nord-ovest. Alla ricerca di radici e ragioni per co-progettare con gli abitanti. In: BONORA, P. e CERVELLATI, P. L. (Org.). *Per una nuova urbanità*. Reggio Emilia: Diabasis, 2009. p. 166-189.

DUSSEL, Enrique. *Filosofia da libertação*. São Paulo: Edições Loyola; Editora UNIMEP, 1980.

DUSSEL, Enrique. *Ética comunitária*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

DUSSEL, Enrique. *Teologia da libertação*. Um panorama do seu desenvolvimento. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

FALS BORDA, Orlando. Ciencia y compromiso: problemas metodológicos del libro *La subversión en Colombia*, *Revista Colombiana de Sociología*, vol. 34, n. 2, 2011 [1967], p. 169-180.

FALS BORDA, Orlando. La ciencia y el pueblo: In: GROSSI, F.; GIANOTTEN, V.; WIT, T. (Org.). *Investigación participativa y praxis rural*. Lima: Mosca Azul, 1981. p. 19-47.

FALS BORDA, Orlando. Hacia el socialismo raizal y otros escritos. In: *Orlando Fals Borda – Socialismo raizal y el ordenamiento territorial*. Bogotá: Ed. Desde Abajo, 2013 [2007]. p. 35-136.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005 [1961].

FANON, Frantz. *Dialéctica de la liberación*. Buenos Aires: Ediciones Pirata, 1974.

FEYERABEND, Paul. *Adeus à razão*. São Paulo: Ed. Unesp, 2010 [1987].

FREIRE, Paulo. Educação popular na América Latina: contextualização e possibilidades nos processos de transição. In: FREIRE, P. *Pedagogia do compromisso: América Latina e educação popular*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018 [2008], p. 199-260.

GOVERNA, Francesca. Sul ruolo attivo della territorialità. In: DEMATTEIS, G. e GOVERNA, F. (Org.). *Territorialità, sviluppo locale, sostenibilità: il modello Slot*. Franco Milano: Angeli, 2005. p. 39-67.

GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del carcere*, vol. III (1932-1935). Turim: Einaudi, 1975.
GUTIÉRREZ, Gustavo. *Teologia da libertação – Perspectivas*. Petrópolis: Vozes, 1983 [1972].

HUYNH, Cao Tri. The concept of endogenous development centred on man, SS-79/CONF.601/Ref. 6/COL 20, 1979, p. 1-10.

KROPOTKIN, Piotr. *Apoio Mútuo – um fator de evolução*. Porto Alegre, São Sebastião: Ed. Deriva, A Senhora Ed., 2012 [1902].

LANG, Miriam. Introdução – alternativas ao desenvolvimento. In: DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J. (Org.). *Descolonizar o imaginário*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. p. 24-44.

LEGORRETA DIAZ, María del Carmen e MÁRQUEZ ROSANO, Conrado. Democracia, desigualdad y política ambiental en México. In: PÉREZ VILLALBA, E.; BACA MORAL, J. (Org.). *Análisis de políticas públicas para el desarrollo agrícola y rural*. Texcoco, México: Universidad Autónoma Chapingo, 2011. p. 247-280.

LEÓN HERNÁNDEZ, Efraín. La espacialidad social y el uso de la libertad. Hacia una teoría de la praxis espacial revolucionaria. In: SAQUET, M. (Org.). *Estudios territoriais na ciência geográfica*. São Paulo: Outras Expressões, 2013. p. 11-29.

LEÓN HERNÁNDEZ, Efraín. Espacio histórico y praxis espacial en América Latina: inflexiones en el campo de disputa geopolítica entre clases sociales. In: LEÓN HERNÁNDEZ, E. (Org.). *Praxis espacial en América Latina – Lo geopolítico puesto en cuestión*. Cidade do México: UNAM/ITACA, 2017. p. 99-126.

LEÓN HERNÁNDEZ, Efraín. *A liberdade territorial: a práxis territorial popular na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2020.

LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2018 [1923].

MAGNAGHI, Alberto. *Il progetto locale*. Torino: Bollati Boringhieri, 2000.

MAGNAGHI, Alberto. Gli atlanti del patrimonio e lo 'statuto dei luoghi' per uno sviluppo locale autosostenibile. In: BERTONCIN, M. e PASE, A. (Org.). *Il territorio non è un asino*. Voci di attori deboli. Milão: Franco Angeli, 2006a. p. 23-51.

MAGNAGHI, Alberto. Dalla partecipazione all'autogoverno della comunità locale: verso il federalismo municipale solidade, *Democrazia e Diritto*, n. 3, 2006b, p. 1-13.

MANNHEIM, Karl. On the interpretation of *weltanschauung*. In: MANNHEIM, K. *Essays on the sociology of knowledge*. Londres: Routledge and Kegan Paul, 1952. p. 33-83.

MEJIA AYALA, Wladimir. Espacialidad, tradición indígena y turismo sostenible: mirada sistémica de la cacería Sápara en Ecuador, *Revista Perspectiva Geográfica*, vol. 22, n. 2, Bogotá, 2017, p. 13-27.

MÉSZÁROS, István. *Estrutura social e formas de consciência II: a dialética da estrutura e da história*. São Paulo: Boitempo, 2011.

NATES CRUZ, Beatriz; VELÁSQUEZ LÓPEZ, P. Andrea; GARCÍA ALONSO, María. *La territorialización de la memoria en escenarios de posconflicto - Caldas, 1990-2015*. Manizales: COLCIENCIAS, CNMH, Universidad de Caldas, RETEC, 2017.

OLIVEIRA, Rosangela e MACHADO, Ilma. A socioeconomia solidária, a justa trama da UNIVENS. In: ZART, L. e VAILANT, C. (Org.). *Incubação em economia solidária: empreendimentos em redes e resistência camponesa*. Cáceres, MT: UNEMAT Ed., 2014, p. 65-88.

QUAINI, Massimo. Del destino della città di Françoise Choay e dell'utopia 'rururbana' di Alberto Magnaghi. In: BONORA, P. e CERVELLATI, P. L. (Org.). *Per una nuova urbanità*. Reggio Emilia: Diabasis, 2009. p. 60-71.

RECLUS, Élisée. *O homem e a terra*. São Paulo: Intermezzo, 2015 [1905].

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. São Paulo: Global, 2015 [1995].

RULLANI, Enzo. Dai distretti alla distrettualizzazione: le forze che fanno (e disfano) il sistema territoriale. In: BELLANCA, N.; DARDI, M.; RAFFAELLI, T. (Org.). *Economia senza gabbie*. Bologna: Il Mulino, 2005. p. 111-169.

SANTANGELO, Marco. Transcalarità e multiscalarità dello sviluppo locale. In: DEMATTEIS, G. e GOVERNA, F. (Org.). *Territorialità, sviluppo locale, sostenibilità: il modello Slot*. Milano: Franco Angeli, 2005. p. 68-85.

SAQUET, Marcos. *Os tempos e os territórios da colonização italiana*. Porto Alegre/RS: EST Edições, 2003 [2001].

SAQUET, Marcos. *Abordagens e concepções de território*. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2020 [2007].

SAQUET, Marcos. Por uma abordagem territorial: continuando a reflexão. In: SAQUET, Marcos. (Org.). *Estudos territoriais na ciência geográfica*. São Paulo: Outras Expressões, 2013. p. 47-74.

SAQUET, Marcos. Agricultura camponesa e práticas (agro)ecológicas. Abordagem territorial histórico-crítica, relacional e pluridimensional, *Mercator*, Fortaleza, vol. 13, n. 2, 2014, p. 125-143.

SAQUET, Marcos. *Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial*. 2ª. Edição; Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2015 [2011].

SAQUET, Marcos. Territorio, clase social y lugar: premisas fundamentales del desarrollo territorial de base local, ecológica y cultural, Pereira - Colômbia, *Arquetipo*, vol. 15, 2017a, p 39-69.

SAQUET, Marcos. *Consciência de classe e de lugar, práxis e desenvolvimento territorial*. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2017b.

SAQUET, Marcos. A perspective of counter-hegemonic analysis and territorial transformation, *Geographica Helvetica*, v. 73, p. 347 - 355, 2018a.

SAQUET, Marcos. A descoberta do território e outras premissas do desenvolvimento territorial, *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 20, n. 3, 2018b, p. 479 - 505.

SAQUET, Marcos. Ciência popular e contra-hegemonia no desenvolvimento. In: CURY, M.; MAGNANI, E.; CARVALHO, R. (Org.). *Ambiente e território: abordagens e transformações sociais*. Londrina, PR: Madrepérola, 2019a, p. 20-40.

SAQUET, Marcos. *Saber popular, práxis territorial e contra-hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2019b.

SAQUET, Marcos. O território: a abordagem territorial e suas implicações nas dinâmicas de desenvolvimento, *Informe Gepec*, v. 23, 2019c, p. 25-39.

SAQUET, Marcos. O conhecimento popular na práxis territorial: uma possibilidade para trabalhar com as pessoas, *Revista GEOTEMA – AGEI*, Roma, Suplemento 2019, 2019d, p. 5-16.

SAQUET, Marcos. Teorias sobre o território na América Latina. In: SPOSITO, E. e CLAUDINO, G. (Org.). *Teorias na Geografia: avaliação crítica do pensamento geográfico*. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2020. p. 245-270.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000 [1999].

STAVENHAGEN, Rodolfo. Siete tesis equivocadas sobre América Latina, *Sociología y Subdesarrollo*, México, Nuestro Tiempo, 1981 [1965], p. 15-27.

VAGAGGINI, Vincenzo e DEMATTEIS, Giuseppe. *I metodi analitici della Geografia*. Florença: La Nuova Italia, 1976.

VERGARA FIGUEROA, Abilio. El redescubrimiento del territorio a través del conflicto. In: *Paisajes productivos y desarrollo económico territorial*. Manizales, Colômbia: RETEC; Editorial Universidad de Caldas, 2016. p. 121-157.

ZART, Laudemir. A construção do processo de cooperação e o trabalho associado no campo: incubação e organização de empreendimentos econômicos solidários. In: ZART, L. e VAILANT, C. (Org.). *Incubação em economia solidária: empreendimentos em redes e resistência camponesa*. Cáceres, MT: UNEMAT Ed., 2014, p. 211-234.

ZEMELMAN, Hugo. Historia y racionalidad en el conocimiento social. In: ZEMELMAN, H. *Configuraciones críticas*. Pensar epistémico sobre la realidad. México, DF: Siglo XXI/CCREAAMC, 2011 [1989], p. 79-136.

ZEMELMAN, Hugo. Ideas metodológicas para el estudio de sujetos sociales. In: ZEMELMAN, H. *Configuraciones críticas*. Pensar epistémico sobre la realidad. México, DF: Siglo XXI/CCREAAMC, 2011 [1997], p. 290-311.